

PROJETO DE LEI Nº 675 – B, DE 2020

Insera disposição transitória na Lei 12.414, de 09 de junho de 2011, enquanto durar a pandemia do Covid-19, e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA Nº , DE 2020.

Suprimam-se os artigos 4º e 6º, do Projeto de Lei nº 675 - B, de 2020.

JUSTIFICATIVA

A redação final do Projeto de Lei nº 675, de 2020, aprovada no Plenário da Câmara, previu somente a suspensão por 90 dias das inscrições de registros de informações negativas dos consumidores, por birôs de crédito, a contar do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Entretanto, o substitutivo aprovado pelo Senado, trouxe no seu artigo 4º matéria totalmente estranha ao texto original, com a previsão de suspensão de todo o ato de protesto de títulos e outros documentos de dívidas, sem qualquer distinção nas relações jurídicas, valendo não somente para consumidores, mas também para toda coletividade, seja pessoa física ou jurídica.

Assim, com esta redação, o consumidor terá a prerrogativa de pagar se quiser, pois, ainda inadimplente, terá o nome limpo, sem qualquer protesto, o que travará todo o crédito da cadeia produtiva da indústria para o comércio atacadista e

assim sucessivamente, até chegar ao consumidor final, não se realizando, por exemplo, vendas a prazo.

A manutenção do artigo 4º ensejará infinitas demandas judiciais, uma vez que este será o recurso resistente para reaver os créditos não adimplidos.

Destarte, com o mesmo entendimento, o artigo 6º do Substitutivo aprovado no Senado também deve ser suprimido, considerando todos os argumentos de ordem econômica já delineados, bem como a configuração de flagrante inconstitucionalidade, por ofender os princípios do amplo acesso ao Poder Judiciário e a celeridade processual, estabelecidos no artigo 5º da Carta Magna.

Com base no exposto, rogo apoio dos meus nobres pares na aprovação integral da presente matéria.

Sala das Sessões, em de de 2020

LAÉRCIO OLIVEIRA
Deputado Federal – PP/SE

